

Ministério do Trabalho suspende quadros portugueses do BIM

Ministério do Trabalho suspende quadros portugueses do BIM

Dois quadros portugueses do Banco Internacional de Moçambique, do grupo Millennium BCP, foram suspensos na quarta-feira pelo Ministério do Trabalho moçambicano, por se encontrarem em situação irregular no país, anunciaram as autoridades.

Os dois funcionários suspensos são Pedro-Xara Brasil, director de comunicação, e Raul Marques, consultor de Marketing do BIM, o maior banco de Moçambique.

A Inspecção-Geral de Trabalho terá encontrado irregularidades no processo de transferência de Xara-Brasil da seguradora para o banco, ambos detidos pelo grupo do BCP, disse à Lusa fonte ligada ao processo.

Quanto a Raul Marques, Joaquim Siúta, inspector do Ministério do Trabalho, disse que o consultor recebeu ordem de suspensão, após se detectar que trabalhava no BIM sem a autorização das autoridades laborais do país.

"Antes de o Ministério do Trabalho autorizar que o consultor trabalhasse, o BIM já o tinha no seu quadro", disse Siúta, falando a jornalistas, após um encontro com a direcção do Millennium BIM.

A fiscalização à situação em que se encontra a massa laboral do Millennium BIM insere-se numa inspecção que o Ministério do Trabalho de Moçambique decidiu realizar ao sector bancário do país, na sequência de denúncias sobre alegadas irregularidades nesse ramo, acrescentou o inspector do Ministério do Trabalho.

"Recebemos muitos pedidos de contratação de estrangeiros e isso despertou alguma preocupação.

Mas também surgiram muitas denúncias que temos que investigar para aferirmos com exactidão as informações que nos têm chegado, como órgão que garante o cumprimento das leis laborais", salientou Joaquim Siúta.

Segundo a Lei do Trabalho de Moçambique, um estrangeiro só poder ser contratado para trabalhar no país, uma vez verificada a impossibilidade de a vaga ser ocupada por um moçambicano.

Mesmo não havendo um nacional capaz de ocupar o posto, a entidade patronal deve promover uma formação entre os trabalhadores existentes, para exercerem as funções desempenhadas por estrangeiros.

A incursão do Ministério do Trabalho pelas empresas que operam em Moçambique levou esta semana as autoridades laborais a multar a construtora portuguesa Tâmega, devido a diversas violações à legislação laboral do país, incluindo práticas de racismo e falta de contratos.

Fonte: www.noticiaslusofonas.com ? 20.07.07

Não